



3837 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT11 - Política da Educação Superior

JORNALISMO SEM FOCO: A AUSÊNCIA DA FOTOGRAFIA NAS NOVAS DIRETRIZES DO MEC PARA OS CURSOS DE JORNALISMO
Agda Patrícia Pontes de Aquino - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Este trabalho versa sobre o fotojornalismo nas diretrizes curriculares, pareceres e resoluções nacionais que baseiam o funcionamento dos cursos superiores de jornalismo do Brasil. Ele faz parte da pesquisa de doutorado em educação em andamento que investiga o discurso do ensino de fotografia nessa área. Com base na reflexão teórico-metodológica da Análise Arqueológica do Discurso, identificamos as continuidades e descontinuidades do discurso que refletem a atual situação do campo.

Introdução

Apesar da crescente descrença fomentada pela perda da obrigatoriedade do diploma no Brasil em 2009, após quase 40 anos de exigência para a sua formação profissional, os cursos de jornalismo continuam sendo extremamente procurados e seus números só crescem: existem hoje mais de 400 graduações em jornalismo espalhadas pelo país, entre instituições públicas federais, estaduais e instituições privadas. Porém um drama se coloca na formação em jornalismo no Brasil: a dicotomia entre mercado e academia, materializada na distinção entre teoria e prática nos currículos e nos outros âmbitos do fazer universitário.

Este trabalho se atém especificamente à questão do ensino de fotografia nos cursos de jornalismo do Brasil, que, apesar de se configurar historicamente como uma das principais áreas de atuação jornalística, ocupa espaço incerto e marginal nas discussões acadêmicas do campo. É um discurso disperso e inconsistente, que não reconhece a fotografia enquanto campo de atuação essencial na formação do jornalismo mas que, ao mesmo tempo, também não o afasta de jeito nenhum, sabe que dele precisa para sobreviver na era da iconofagia (BAITELLO JÚNIOR, 2014).

O objetivo é identificar o surgimento e o desaparecimento do ensino de fotojornalismo ao longo do tempo nas diretrizes curriculares e currículos mínimos para os cursos de jornalismo do Brasil. A problemática envolve a ausência de menção à fotografia ou ao fotojornalismo nessas orientações, apesar de ser um conteúdo presente há décadas nas estruturas curriculares dos cursos. A hipótese parte do princípio de que existe um entendimento informal de que a fotografia seria uma área de menor importância na formação do jornalista, em contrapartida ao que se espera desse egresso na chegada ao mercado.

O texto trazido aqui é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, na área de educação, que busca compreender qual o discurso do ensino de fotografia nos cursos de jornalismo do Brasil e que tem sua fundamentação teórico-metodológica pautada na Análise Arqueológica do Discurso de Michael Foucault (2005). Para o autor, o saber sobre alguma coisa é constituído através das certezas ou afirmações que são ditas sobre algo e que podem ser chamadas "a priori histórico". Ou seja, diz respeito às pré-concepções de realidade para os enunciados ou os princípios segundo os quais os enunciados se baseiam, se substituem, se transformam e desaparecem. O sujeito, nessa concepção, ocupa papel central na produção dos saberes já que pode tomar posição para falar dos objetos tratados em seu discurso. É nesse discurso que há a coordenação e a subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se explicam e se transformam. "[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma" (FOUCAULT, 2005, p. 205).

As escavações trazidas aqui são mapeamentos iniciais do campo, que apontam caminhos a seguir e locais a aprofundar, mas demonstram a dificuldade de entendimento do fotojornalismo enquanto área de trabalho do jornalista profissional e da fotografia enquanto linguagem da informação jornalística, como explicitado a seguir.

O fotojornalismo nas Diretrizes Curriculares

Para lançar luz ao problema do ensino de fotografia nos cursos de jornalismo de hoje, compreendemos que é necessário entender o discurso sobre o emprego da fotografia nos referidos cursos das universidades brasileiras. Para dar conta dessa questão, começamos nossa investigação pelo Parecer CNE/CES Nº 39/2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, concebidas em 2009 e que provocou uma reviravolta nas práticas pedagógicas dos cursos. Pela primeira vez, as diretrizes tentam promover uma maior interação entre a prática e a teoria, além disso, marcam a separação definitiva do curso de jornalismo da Comunicação Social, deixando de ser uma habilitação, algo que havia acontecido em 1969, durante o governo militar ditatorial.

A leitura preliminar desse documento-fonte indica alguns pontos iniciais: 1 – A Comissão de Especialistas nomeada pela portaria MEC-SESU 203/2009 foi formada por oito professores universitários da área: José Marques de Melo (presidente), Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sônia Virginia Moreira; 2 – além de ter sido aberto a audiências públicas e a sugestões da sociedade, a construção do documento se baseou "na revisão do conhecimento existente sobre o ensino de jornalismo, na literatura nacional e internacional", entre eles o documento da UNESCO de 2007 que orienta para a formatação dos cursos superiores de jornalismo no mundo todo e as outras diretrizes nacionais que antecederam a mesma, "conteúdos que embasaram substancialmente tanto no diagnóstico do cenário atual quanto os argumentos utilizados para justificar as mudanças propostas aqui" (MEDITSCH, 2012, p. 221); 3 – Sobre as competências específicas, o documento explicita que o jornalista formado deve estar apto, dentre outras coisas, a "conhecer conceitos e dominar técnicas dos gêneros jornalísticos" (MEDITSCH, 2012, p. 242); traduzindo isso em termos práticos, as diretrizes especificam no eixo de aplicação processual que a formação jornalística "tem por objetivo proporcionar ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, garantindo coberturas em diferentes suportes: Jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessoria de imprensa e outras demandas de mercado de trabalho." (MEDITSCH, 2012, p. 245).

Trazemos aqui algumas inferências iniciais sobre cada um desses pontos, objetivando identificar as continuidades e descontinuidades, dispersões e regularidades, que levaram à ausência do fotojornalismo no discurso pedagógico contido neste documento. A primeira diz respeito ao perfil dos membros responsáveis pela elaboração dessas diretrizes, com base nas informações dadas em seus respectivos currículos disponibilizados na plataforma *lattes*: todos são docentes de universidades federais do Brasil, com vasta atuação em pesquisa e publicações na área, porém nenhum deles com vínculo específico para a área de fotojornalismo/fotografia. As principais áreas de atuação desses sujeitos são história do jornalismo e da mídia, teorias do jornalismo, televisão e radiodifusão.

Entendemos que não deveria ser necessário incluir alguém específico da área de fotojornalismo na equipe para que esse campo de atuação profissional fosse contemplado nas diretrizes, mas é um sintoma que pode denunciar questões como o perfil dos professores de fotografia dos cursos de jornalismo no país. O presidente da comissão, José Marques de Melo (1986), publicou um dos livros mais populares da área sobre gêneros jornalísticos, baseando-se no trabalho publicado anteriormente por Luiz Beltrão (1976), porém, ao contrário deste último, Marques de Melo exclui fotojornalismo da sua compreensão sobre os gêneros jornalísticos.

Outro achado importante foi o que se refere aos outros documentos que deram origem a este novo, seja com o objetivo de dar continuidade a pensamentos ou se contrapor a eles. São as diretrizes anteriores e o documento da Unesco de 2007. Sobre as diretrizes antigas, fizemos uma varredura para identificar a presença da fotografia ou, mais especificamente, do fotojornalismo nas mesmas, e verificamos que ela só aparece nominalmente enquanto conteúdo do curso na Diretriz de 1984, a única a nomear ementas e disciplinas e também a que ficou mais tempo em vigor.

Traçando um panorama geral desses documentos, verificamos que a lei que instituiu oficialmente o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país data de 13 de maio de 1943 e o documento não aponta quais as áreas de atuação profissional e nem dá orientações específicas sobre os conteúdos do curso, por isso mesmo também não faz referência à fotografia ou ao fotojornalismo. Pontua apenas que os cursos serão vinculados às Faculdades de Filosofia. A organização pedagógica se dá apenas em documento de dezembro de 1946, que o estrutura em três anos, sendo compostos principalmente por conteúdos de línguas (português, inglês, francês), humanidades e cultura em geral (literatura, geografia humana, história, filosofia, artes, música e direito), além de pontuais práticas como estatística (de livre escolha, ou, numa nomenclatura atual, optativa). O conteúdo específico da área se resumia a duas disciplinas, uma no primeiro ano, outra no segundo, tituladas igualmente e genericamente de técnica de jornalismo. Esse decreto foi a base legal para a criação do primeiro curso de jornalismo do Brasil, das Faculdades Cásper Líbero, em 1947 e precisou ser adaptado e atualizado nos três anos seguintes para atender minimamente às demandas de mercado.

Nos anos seguintes foram implantados um total de sete currículos mínimos, publicados em 1962, 1965, 1969, 1978, 1984, 2001 e 2013. Os dois primeiros buscaram traçar um perfil profissional para a área, e é nessa década que há o entendimento oficial do fotojornalismo enquanto função exercida pelo jornalista, chamado desde então de repórter fotográfico. Em 1969 (Resolução nº 11/1969) o governo militar ditatorial muda de forma radical a estrutura dos cursos da área de comunicação do Brasil, extinguindo cursos avulsos e colocando todos da área sob a égide da Comunicação Social. É também nesse período que se oficializa a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. O currículo mínimo de 1978 (Resolução nº 3/1978) propõe mudanças pontuais, como a implantação do projeto experimental ao final do curso, por exemplo.

A resolução mais atípica de todas é a de 1984, que pela primeira vez fecha a estrutura do curso de forma a limitar a ação pedagógica e a adaptação nas próprias universidades. “Na Resolução nº 02/84 há matérias/disciplinas com as respectivas ementas atendendo uma estrutura previamente determinada pelo órgão federal, voltadas às funções e atividades profissionais” (MOURA, 2001, p. 58). Nele também foram descritos todos os equipamentos necessários aos laboratórios de: redação, planejamento gráfico, laboratório fotográfico, laboratório de radiojornalismo, laboratório de telejornalismo, hemeroteca e jornal-laboratório (Resolução nº 2/1984.).

Apenas no ano de 2001 é que as instituições ganharam liberdade para compor os currículos de seus cursos, com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Comunicação Social (Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001, Resolução nº 16, de 13 de março de 2002). Este documento mantém os cursos de comunicação como um só com tronco de conhecimento comum na primeira metade e a segunda metade com conteúdos específicos. Diferentemente do documento de 1984, fotojornalismo não está mais presente de forma nomeada para a habilitação de jornalismo: o conteúdo fotográfico aparece apenas nas habilitações de cinema e audiovisual e editoração, postura que permanece no documento seguinte, já separado das outras habilitações, quando não faz referência nenhuma à fotografia.

Porém, no outro documento citado como base para formatação deste - as orientações da Unesco para os cursos de jornalismo do mundo, publicado em 2007, o fotojornalismo aparece em vários momentos, tanto quanto disciplinas específicas, quanto como conteúdo em outras atividades pedagógicas como estágios supervisionados e atividades laboratoriais diversas, a exemplo do jornal-laboratório e do web jornalismo. Assim, ao excluir o fotojornalismo, o documento atual em vigor contradiz algumas de suas principais fontes: a Unesco e as diretrizes de 1984.

Considerações finais

A ausência da citação direta ou indireta à fotografia ou, mais especificamente, ao fotojornalismo, nas Diretrizes de 2013, provocou um efeito cascata nas práticas pedagógicas dos cursos de jornalismo do Brasil. Elas repercutiram em estruturas curriculares com pouca inclusão do fotojornalismo; com a modificação do nome da disciplina de fotojornalismo para outros como: jornalismo fotográfico, introdução à fotografia, linguagem fotográfica, fotografia digital, por exemplo; a não realização de concursos nas universidades públicas para professores com perfil teórico/prático específico na área, sendo as disciplinas de fotografia muitas vezes assumidas por professores que não trabalham diretamente com essa temática, nem em pesquisa nem no fazer fotográfico; ausência da fotografia nos estágios supervisionados obrigatórios; ausência da fotografia como possibilidades de produção nos Trabalhos de Conclusão de Curso e carência de projetos de pesquisa e extensão voltados para a imagem fotográfica.

Apontamos aqui, por enquanto, novos terrenos a serem investigados, como a pesquisa sobre o gênero fotojornalístico e sua compreensão enquanto atividade ou não do profissional de jornalismo e ainda a análise de documentos posteriores as novas diretrizes, desta vez no âmbito dos cursos, para identificar as continuidades e descontinuidades que compõem esse discurso.

Referências

BAITELLO JÚNIOR, Norval. **A era da iconofagia**: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura. São Paulo: Paulus, 2014.

BELTRÃO, Luis. **Jornalismo Interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES no 39/2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?>

[option=com_docman&view=download&alias=13063-pces039-13-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em agosto de 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

MARQUES DE MELO, José. **Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: Ed. FTD, 1987.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função social da universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular. 2012.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **Curso de Comunicação Social no Brasil**: do Currículo Mínimo às novas Diretrizes Curriculares. Revista FAMECOS • Porto Alegre • nº 14 • abril 2001. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3100/2376> - acesso em agosto de 2018.

UNESCO. **Model Curricula for Journalism Education for Developed Countries & Emerging Democracies**. Paris: Unesco, 2007.